Alocução proferida pelo Subsecretário de Estado da Administração Escolar, na sessão de cumprimentos, em 24 de Maio de 1971.

Agradeço ao Senhor Presidente do Conselho a atenção e cuidado que pôs no Instituto de Alta Cultura; agradeço extremamente sensibilizado o facto de me ter chamado e ouvido sobre os problemas do Instituto, na minha qualidade de Presidente, funções que ainda esta manhã exerci, agora já passadas mas não esquecidas em memória e responsabilidade.

Agradeço ao Senhor Presidente do Conselho as palavras orientadoras de governante, as palavras amigas, divisor comum de universitários, que usou para me cometer o lugar do Governo que, neste momento, já assumi. Procurarei não desiludir na generosa esperança e confiança depositadas. Prometo, a um tempo, lealdade absoluta e preocupação de em cada instante meditar, reflectir e exprimir, quando for o caso, se na realidade, em harmónicas consciência e deontologia intelectuais, me sinto de facto servindo, servindo bem. Acatarei sempre o seu bom conselho.

Senhor Ministro da Educação Nacional, a minha presença, a minha nova presença no Ministério da Educação Nacional, acarinhada e superiormente sancionada nos termos referidos, resultou de uma iniciativa de Vossa Excelência, pertence-lhe a ideia e tudo quanto a ela se liga.

Agradeço ao Senhor Ministro, ao Professor Veiga Simão, todas as manifestações de apreço, tão claramente expressas a meu respeito, tudo quanto de mim espera, a confiança com que me comete, neste momento, a Administração Escolar.

É um pesado encargo de que me procurarei desempenhar. Desempenho que dependerá de mim, que dependerá da colaboração que me derem, mas que se caracterizará sempre por uma fidelíssima atitude de interpretação, lealdade e respeito pelo pensamento e política do Ministro.

Conhece Vossa Excelência a alta consideração em que tenho as suas qualidades de universitário e de político, conhece Vossa Excelência que perseguimos objectivos comuns no que respeita à superior finalidade do acto de Educar, ao dever que o Ministério da Educação Nacional guarda em relação ao País, de educar. De contribuir para que Portugal, por vontade física, guiada pela inteligência, continue e se afirme no contexto universal, que seja, em última análise, dono dos seus passos, dono da sua História, coerente com o seu passado, que se deve reavivar, e projectar como compatível na modernidade e perenidade que se lhe desejam.

Reconhecendo-nos mùtuamente, identificados nos grandes e últimos propósitos, mas diferentes e independentes como convém, eu, pela minha parte, sabedor e zelador dos meus deveres e direitos, Vossa Excelência, como sempre, respeitador intransigente dos direitos de pessoas e instituições, nessas circunstâncias e neste pensamento, se a colaboração que Vossa Excelência e eu desejamos resultar, se na realidade, trabalhando em conjunto, formos mais do que a adição de actividades de homens sós, se assim for, daremos um raro exemplo que deveria frutificar e estender-se a tudo e a todos quantos pertencem a este Ministério.

Como atitude, já Vossa Excelência deu o exemplo, esse exemplo raro. Foi isso que me atraiu. É isso que explica de maneira principal a minha presença aqui, neste novo posto.

Mas porque colaborações destas são preciosas e raras, porque em todos os países que enfrentam problemas graves é onde, paradoxalmente, mais necessárias são e onde mais difìcilmente se implementam, por tudo isso, corremos riscos. O que não provém do Professor Veiga Simão, o que não vem do Professor Abreu Faro, pertence em mistério de bem e mal ao género humano. As nossas intenções são fortes, eu respeitarei a minha esfera de competência, eu sei que Vossa Excelência a preservará, mas que nos ajudem. Não somos deuses, se houver distância, se construirem distância, as nossas mãos desligam-se, as nossas vozes deixam de se ouvir, primeiro deixar-se-iam de entender.

Não foram palavras vãs as que proferi. Para mim representam o primeiro acto de consciência que devia ter.

Antes de prosseguir, cumpre-me apresentar ao meu ilustre antecessor, Doutor Justino Mendes de Almeida, a expressão da minha grande consideração, o

meu reconhecimento e agradecimento pelas suas qualidades de governante, pelo carinho e interesse que pôs na vida do Instituto de Alta Cultura.

Há muito que o Instituto pretende e necessita de uma reestruturação administrativa. Pois foi Vossa Excelência quem, numa modificação simples, mas decisiva, deu já um passo nesse sentido: constituindo órgão o Conselho Administrativo, modificando as condições de recrutamento do Secretário, alargando as facilidades de recrutamento de algum pessoal administrativo, embora, e ainda, com carácter eventual.

Tanto bastou para que o Instituto progredisse. Foi um acto importante que permitiu dar conveniente aplicação às verbas consignadas ao Instituto e garantir a operação de larga escala que o Professor Veiga Simão iniciou relativamente à investigação científica e actividades culturais, elevando o orçamento global do I.A.C. de 87 000 contos, em 1970, para 141 000 contos, em 1971. Em 1968 o mesmo orçamento era apenas de 44 180 contos.

É da mais elementar justiça que isto se diga. Muito obrigado.

Senhor Ministro, acaba Vossa Excelência de se referir à Reforma do Ministério. Noutras e recentes ocasiões tem vindo a dar notícia de uma medida que se impunha, a pouco e pouco as formas da nova estrutura têm-se definido. Nas suas grandes linhas o edifício ficou claro, a modernidade da sua concepção já não pode ser posta em dúvida, as potencialidades, capacidade de fluência do processo administrativo, a flexibilidade dos ajustamentos que permite, tudo isso apenas aguarda a última e prudente revisão do Ministro que tem que ser legislador, alcançando todas as implicações, no espaço e no tempo, no passo decisivo que se vai dar.

Antecederam-no medidas urgentes, documentos importantes, a definição das grandes linhas e objectivos de todo o sistema de ensino, um importante e semelhante documento focando, em particular, o Ensino Superior.

Presto pública homenagem à obra realizada por Vossa Excelência, à superior orientação que conferiu a todos quantos colaboraram nessa obra, colaboradores a quem também patenteio a minha admiração.

Agradeço que durante esses trabalhos me tenham ouvido atentamente, não só no que respeita à investigação científica, mas, ainda, em relação aos outros domínios onde o I.A.C. exerce e deverá continuar a exercer a sua acção.

Oferece-se-nos pois uma casa nova e cai sobre mim grave responsabilidade na admistração dos seus recursos.

Apreendida que seja a nova estrutura, posta em efectiva actuação, tentarei imediatamente utilizá-la em todas as suas potencialidades, procurarei usá-la como instrumento que assegure, a curto e longo prazo, a execução da política gizada pelo Ministro da Educação Nacional.

Assim me defino em intenção e competência e o que me resta dizer respeita já, e só, a administração; às áreas particulares sobre que incidirá, às circunstâncias particulares onde se insere: circunstâncias de tempo, de fase mental no processo administrativo.

Não outras, pois não acredito que sejamos diferentes nem difíceis por condição genética e intrínseca.

Hoje somos como se é numa determinada idade mental. Somos, não obstante, o nosso passado histórico e obra desenvolvida, um país jovem, pleno de audácias levadas a bom termo, rico de generosidades e talentos, centenária e perigosamente mantido e gerido até hoje, pela genialidade e esforço de uns poucos.

Realizamos obra notabílissima, melhor diria realizámos obras notabilíssimas, onde intervieram inteligência, método e pertinácia, mas quase sempre desgarradas de um esforço colectivo consciente, muitas vezes anónimas, ou mais conhecidas e estudadas por estrangeiros do que por nós mesmos.

Fomos a única nação europeia que, no passado, se determinou cientìficamente.

No entanto, somos jovens. Jovens em maturidade administrativa e calculismo, o que nos tem prejudicado, mas jovens suficientes para que o cepticismo ainda não nos tenha envolvido.

Neste estado a educação pode operar milagres. Um dia enfrentaremos como os outros as crises, e os problemas das sociedades altamente evoluídas em meios e serviços, enfrentaremos os problemas e o tédio da fartura. Não desejo enfrentar o tédio, a desesperança dos sistemas rígidos e perfeitos. Perfeitos como cristais, mas pouco mais do que isso.

A vida é sábia, é justa e equitativa, impede que cada um se aproprie de bens efectivamente existentes que não tenham sido transformados em bens a partir dos valores de que cada um dispõe, do trabalho, da ordem, da determinação e seriedade que nessa intenção puser. Queremos o futuro, mas temos um imediato urgente e bem determinado.

Isto não significa que se defenda o estatismo, isto não significa que se desencoraje o progresso, que se contrarie a ideia nova. Significa apenas que nós, que somos nós, donos de facto do que é nosso e que pelo nosso esforço foi conseguido, nos equacionemos como problema próprio e que, urgentemente, sem hesitações, nos lancemos numa gestão moderna, que adoptemos métodos modernos de administração, que comecemos já, mas que saibamos esperar.

Como se pode imaginar um grande País sem grandes problemas? Porque havemos de entrar em pânico sempre que enfrentamos um problema, porque havemos de continuar a julgar que só nós temos problemas?

Porque havemos de continuar a confundir a arma com o inimigo?

Porque não adoptamos, humildemente, integrando no nosso caso, as armas potentes de gestão que o inimigo utiliza? Os meios modernos e rápidos de administração que têm dado as suas provas?

Por que razão teimamos em não compreender que, em última análise, o inimigo não tem face nem pode ser adjectivado de bom nem mau?

A vida alimenta-se de vida, tudo quanto nos queira destruir como forma organizada, como Estado, como País, como Nação, cumpre o seu dever no mistério do instinto, nas razões que elegeu e postulou como razões. Cumpre-nos e assiste-nos o direito de nos defendermos e fazer prevalecer os princípios transcendentes em que acreditamos e, a partir dos quais, construimos a nossa cultura.

No plano de uma civilização cristã, nos valores primeiros que adoptamos, na cultura que em tradição acrescentamos e devemos acrescentar, ainda possuímos o assentimento, a concordância e a necessidade de uma massa enorme, de muitos países, que se debatem afinal, em escala e estádio diferente de desenvolvimento, com o mesmo problema.

Mas a dura realidade é que só nós poderemos resolver o nosso problema. Não o poderemos resolver, nem o deveremos resolver sós, seria grave que

nos alheássemos da problemática contemporânea, que nos alheássemos do concerto internacional, mas o problema é nosso.

A vida alimenta-se de vida, uma doença, o seu agente ,é o nosso mal, mas quem se atreve, levando até ao fim a análise, a afirmar e classificar em absoluto essa doença?

Quem pode afirmar se a vida seria possível sem ela?

Quem deseja trocar os ventos da adversidade pela calma estagnada de um mar morto sem horizontes, sem perigos?

Também estas considerações não são vãs. Sinto que estão na base e são factor condicionante de qualquer forma moderna de administração que se intente, sinto que mais do que considerações se deveriam constituir em considerandos. Para que cada um, e neste caso particular, sinta o problema da Educação, que é o problema primeiro que, a longo prazo, temos que resolver. Entretanto, temos que sobreviver, temos que resistir com virilidade, com tenacidade, nos tempos de crise aguda em que estamos imersos.

E porque se trata de um problema a longo prazo, em termos de efectiva consecução dos fins visados, não se pode esperar, não podemos manter eternamente discussões estéreis construindo riscos, desfazendo iniciativas, desconfiando de tudo e de todos.

Temos que colocar na batalha da Educação e do mesmo lado, educadores e educandos.

Temos que nos abster de adjectivar, sem concretizar, educadores e educandos.

Há que distinguir entre um educador que cumpra mal, e pode ser orientado, e aquele que de facto é tudo menos educador.

Há que distinguir entre o educando que, embora irreverentemente peça e deseje educação, e aquele que, em triste niilismo ou desorientado, nada quer.

Num plano geral de preocupações, estou convencido que entraríamos numa fase diferente se, professores e alunos, lado a lado, sentissem que estando assim ainda subsistiria a batalha da Educação,e não só o problema da Educação.

Batalha e problema da Educação neste caso são palavras distintas que traduzem o mesmo facto essencial: a urgente necessidade de enriquecer a estrutura educacional portuguesa.

A batalha da educação não está em pôr em luta professores e alunos. Essa luta, esses tipos de luta são batalhas entre irmãos, são o princípio e o melhor meio de nos fazer perder a verdadeira batalha da educação.

Se trago para aqui estas preocupações é porque, embora elas se situem, na sua solução e encaminhamento, num plano mais alto do Ministério, a Administração Escolar, uma sã administração, poderá contribuir para criar um clima propício à serenidade dos espíritos, introduzindo regras, definindo critérios, distribuindo responsabilidades.

Ninguém mais do que eu deseja a autonomia das Universidades, a autonomia das Escolas.

Ninguém mais do que eu deseja que se renovem as metodologias de ensino, os processos de educação, os sistemas de avaliação de conhecimentos.

Mas sinto que não se pode continuar a inovar ao belo prazer de cada um, trazendo mais tarde aos Directores, aos Reitores e ao Ministério, problemas criados, quando antes não havia problema nenhum.

Problemas criados pelos próprios professores que comutam ràpidamente de uma euforia prematura para uma indesejável intransigência.

Tudo será legítimo se prèviamente definirmos as regras do jogo que não se podem alterar sem risco grave de descrédito, sem risco grave de criar uma questiúncula, pomo de discórdia inútil, centro de irradiação de males maiores.

É inadmissível que não se mentalize prèviamente o aluno para a inovação que se pretende.

No clima de paixão que se vive, no âmbito de uma real e verdadeira crise de juventude que não é só nossa, é inútil tentar travar as inovações propostas pelos alunos. Nascidas expontâneamente por característica própria da idade, ou subtìlmente induzidas, elas são para a grande maioria pretensões justas. Devem ser tomadas como tal, não podem ser rejeitadas arbitràriamente e sem razões. Têm que ser filtradas pelo bom senso. Esse filtro deve resultar de uma mútua compreensão entre professores e alunos, tenho experiência própria

de que isso é possível. Dá muito trabalho, mas é possível.

Não me desejo alongar num tema preocupante. que, no entanto, e a partir daqui, já me transcende no Ministério.

Paradoxalmente, há poucas horas, pertencia-me mais, na simples qualidade de professor.

No entanto tinha que tocar neste ponto pois que não se pode nem se deve ignorar. É o problema crucial que o Ministério enfrenta, que todos os Ministérios da Educação enfrentam.

Esta crise de juventude, desculpável até certo ponto na juventude, empresta o seu entusiasmo, e nem sempre a convicção, aos docentes, a toda a classe de docentes, às famílias, ao País. É bom que assim seja na função primeira de alertar consciências.

Mas esta crise, desculpàvelmente anárquica na juventude, tende a anarquizar pessoas - e isso espanta-nos - pessoas que durante tanto tempo exibiram uma estranha calma e nada ou pouco fizeram pela causa pública, no sentido de modificar um indesejável estado de coisas.

Alguns, levando longe de mais a acção intentada, visaram, nem sempre objectivamente, resolver ou ajudar a resolver um problema que não era político. Usaram erradamente a via política. Lamentamos que de um erro tenha resultado outro erro. Esses também compreendemos, embora lamentemos se persistirem em politizar o problema da Educação.

Mas esta anarquia que já não é da juventude, este estado de espírito, a proliferação de sugestões para as mais diversas autonomias, isso, isso assusta-nos, pois ameaça subverter e neutralizar qualquer propósito sério de administração.

Uma administração, uma boa administração exige um jogo cauteloso de recursos, exige acções concertadas no espaço e no tempo, exige formulação de prioridades, decisão, tomada de opções.

O Ministério da Educação Nacional tem dado claro exemplo de querer ouvir, tem aberto a pública discussão documentos e iniciativas importantes. Isso está certo, isso deve ser assim. Mas esta abertura não se pode confundir com o acto final de decidir que pertence ao Ministério, devidamente assistido por especialistas, de acordo e em estreita obediência com um plano de desenvol

vimento traçado, traçado pelo menos a médio prazo.

Deste desordenado modo de proceder, dois males podem resultar: uma prejudicial perda de tempo para os governantes, um desagradável sentimento de frustração em relação a todas as iniciativas impossíveis. Em última análise, descrédito e desprestígio dos dirigentes.

Nesta matéria, a Administração Escolar deverá dispor das infra-estruturas convenientes que a habilitem com todos os dados que uma moderna gestão exige.

Por outro lado, há que intensificar e alargar a política de descentralização que o Governo tão veementemente vem tentando pôr em prática.

Também aqui, e com alguma incoerência, se nota uma natural tendência para aceitar a descentralização no único sentido de exigir reformas e dinheiros. Descentralização que, em responsabilidade de cargo, nem sempre se aceita, pedindo com frequência e cometendo às últimas instâncias, a responsabilidade maior da decisão que se continha na lei pedida e estava nas mãos de cada um. Dinheiros vultuosos que nem sempre se justificam ou, uma vez concedidos, difícilmente se gastam. Nesta matéria já temos assistido com desgosto a situações tristes e angustiantes, quando nela se envolvem homens sérios, apenas pouco cautelosos e inexperientes nos actos de aceitar e de executar.

Sendo assim, diríamos que o Ministério enfrenta, a todos os níveis, um gravíssimo problema de meios humanos, um gravíssimo problema de falta de dirigentes.

Mas também enfrenta outro problema, não completamente desligado deste, e também no que se refere a meios humanos.

Há uma falta enorme de técnicos e de infra-estruturas técnicas de laboratórios de ensino e de investigação.

Há uma falta enorme de pessoal administrativo, não só no Ministério, mas nas escolas e centros de investigação.

Há gente que trabalha há longos anos, que se promoveu numa vida feita de experiência e que seria grave erro perder. Há que encontrar a solução que garanta conveniente integração de pessoas que, em face das dificuldades crescentes da vida, e em face das oportunidades oferecidas pelo sector privado, nos ameaçam deixar, com grave prejuízo para todos, e mágoa e desgosto

vimento traçado, traçado pelo menos a médio prazo.

Deste desordenado modo de proceder, dois males podem resultar: uma prejudicial perda de tempo para os governantes, um desagradável sentimento de frustração em relação a todas as iniciativas impossíveis. Em última análise, descrédito e desprestígio dos dirigentes.

Nesta matéria, a Administração Escolar deverá dispor das infra-estruturas convenientes que a habilitem com todos os dados que uma moderna gestão exige.

Por outro lado, há que intensificar e alargar a política de descentralização que o Governo tão veementemente vem tentando pôr em prática.

Também aqui, e com alguma incoerência, se nota uma natural tendência para aceitar a descentralização no único sentido de exigir reformas e dinheiros. Descentralização que, em responsabilidade de cargo, nem sempre se aceita, pedindo com frequência e cometendo às últimas instâncias, a responsabilidade maior da decisão que se continha na lei pedida e estava nas mãos de cada um. Dinheiros vultuosos que nem sempre se justificam ou, uma vez concedidos, difícilmente se gastam. Nesta matéria já temos assistido com desgosto a situações tristes e angustiantes, quando nela se envolvem homens sérios, apenas pouco cautelosos e inexperientes nos actos de aceitar e de executar.

Sendo assim, diríamos que o Ministério enfrenta, a todos os níveis, um gravíssimo problema de meios humanos, um gravíssimo problema de falta de dirigentes.

Mas também enfrenta outro problema, não completamente desligado deste, e também no que se refere a meios humanos.

Há uma falta enorme de técnicos e de infra-estruturas técnicas de laboratórios de ensino e de investigação.

Há uma falta enorme de pessoal administrativo, não só no Ministério, mas nas escolas e centros de investigação.

Há gente que trabalha há longos anos, que se promoveu numa vida feita de experiência e que seria grave erro perder. Há que encontrar a solução que garanta conveniente integração de pessoas que, em face das dificuldades crescentes da vida, e em face das oportunidades oferecidas pelo sector privado, nos ameaçam deixar, com grave prejuízo para todos, e mágoa e desgosto

para nós que os perdemos e para eles que nos abandonam.

Contamos nesta matéria com uma eventual e útil colaboração, para encontrar soluções, com o Ministério das Corporações e Previdência Social.

Nunca se poderá exercer uma boa e sã administração se o Ministério da Educação Nacional não dispuser de órgãos centrais onde, por acção reflexiva e visão de conjunto, os problemas sejam objecto de conveniente análise. Ordenados por categorias, ordenados num esquema de prioridades, directamente associado a uma desejável evolução cronológica de um desenvolvimento previsto, ainda que na base de uma simples hipótese de trabalho, susceptível de correcção e adaptação. Faltando dados para mais, mais vale isso do que hipótese nenhuma.

Os poderosos investimentos que o Governo vem dedicando ao Ensino e Investigação não podem ser fragmentados por um conjunto de boas intenções, acreditamos boas, mas intenções que se desconhecem e não se integram num plano.

A fragmentação impede franquear o limiar da eficácia de determinados processos fundamentais.

Há que saber esperar, há que perder o mau hábito de nos ofendermos por não termos sido, desde logo, atendidos.

A Administração Escolar não enfrenta só estes problemas e maus hábitos. Assim, e claramente o afirmamos, consideramos altamente indesejável que as iniciativas de novas construções escolares, do estabelecimento de novas instituições de ensino ou de investigação, resulte ou tente resultar de acções pessoais, ainda que provenham de instâncias oficiais, que continuamos a admitir perfeitamente idóneas e até justificadas na sua boa vontade de sugerir, e de ajudar, ajudar sobretudo o sector que representam.

Discordamos de acções colaterais, de acções que ultrapassem pessoas e serviços. Discordamos por princípio, temos alguma autoridade na matéria pois nunca as praticámos.

Enfrentamos grandes problemas , é certo, mas vamos tentar resolvê-los. Resolvê-los, no âmbito da nova estrutura administrativa do Ministério.

Prometo, e onde me competir, audiência, assistência e presença.

Prometo que me deslocarei onde for preciso, que examinarei, quando necessário, com os meus olhos e os meus sentimentos e inteligência, situações difíceis e urgentes. Mas apelo para a boa vontade de todos, apelo sobretudo

para a ordem. Apelo para o respeito da lei, e,na lei, pelo respeito dos direitos e necessidades dos outros, dos outros no caso de cada um.

Há lugar para todos e, em certa medida, não nos faltam meios materiais.

Propositadamente, não falei da investigação científica, já escrevi demais sobre essa matéria, já trabalhei demais sobre essa matéria, poder-me-ia confundir com o Presidente do Instituto de Alta Cultura que já não sou. Incluo-a, no entanto, na classe geral de preocupações, pois ela projectar-se-á, e de modo importante na Administração Escolar.

Vou terminar.

Acredito profundamente nas potencialidades do processo administrativo, acredito profundamente nas potencialidades e no que imediatamente decorre programàticamente de um plano e de um orçamento devidamente formado e considerando todos os factores essenciais de vida de um dado organismo.

Acredito e desejo a descentralização.

Se essa descentralização não for aceite, se desejarem uma tranquilidade isenta de responsabilidades, se desejarem que tudo se remeta à última decisão dos governantes, se desejarem,em última análise, segurança para tudo, ausência de problemas , se desejarem, num requinte de modernidade e por método científico, remédio e método para que cesse a ansiedade do problema quando ele se esboçar e essa ansiedade incomodar, então diria que viveremos menos do que uma vida vegetativa, seremos talvez uma estrutura cristalina e fatal de uma lei inorgânica da sociedade, perdemos a oportunidade da aventura, enjeitamos o mais poderoso instrumento com que nos dotaram: a inteligência humana.

- - o O o - -